

PROGRAMA ELEITORAL

2024 - 2026



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

ANTÓNIO ALMEIDA - DIAS

Por um ensino superior privado dinâmico e sustentável



INTRODUÇÃO

Ao longo dos seus 30 anos de existência, a APESP conseguiu reunir a quase totalidade das instituições que constituem o subsistema de ensino superior privado português, sendo atualmente a única entidade que formalmente as representa nos diversos organismos e fóruns onde o ensino superior é o foco, designadamente no Conselho Nacional de Educação, no Conselho Coordenador do Ensino Superior, na Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, no Conselho Consultivo da A3ES, entre outros.

Não foi fácil ganhar esses diversos palcos, num ambiente tradicionalmente protecionista do subsistema estatal e até, de forma frequente, adverso às iniciativas da sociedade civil.

Também no panorama internacional a APESP tem tido um trajeto relevante. Foi uma das entidades fundadoras da *EUPHE - European Union of Private Higher Education*, cabendo-lhe atualmente a presidência, cargo ocupado pelo Presidente da Assembleia Geral da APESP. Concomitantemente, a APESP tem estabelecido fortes relações com congéneres na América Central e do Sul, destacando-se a associação com a REALCUP, enquanto rede representativa das universidades privadas daquela região do globo e, no caso particular do Brasil, com as duas grandes associações brasileiras, o SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior e a ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Também em África, já foi assinado um acordo de cooperação com a AIESPA – Associação das Instituições do Ensino Superior Privado Angolano, pretendendo-se agora, neste mandato, alargar estes acordos a outros países africanos e criar uma rede lusófona de instituições não estatais.

Para além do referido, a nossa Associação participa também em redes internacionais temáticas, como é o caso da RACS - Rede Académica das Ciências da Saúde da Lusofonia ou da RECLA - Rede de Educação Continuada da América Latina e Europa.

Impõe-se, no nosso entender, continuar a garantir a intervenção ativa da Associação no plano internacional, com particular foco no reforço da sua influência no quadro dos Países de Língua Oficial Portuguesa e na sua relação estratégica com a vizinha Espanha.

Paradoxalmente, apesar do reconhecimento internacional da importância e qualidade do ensino superior privado, a verdade é que no nosso país a realidade é diferente, onde representantes de importantes organismos implicados na regulação do sistema educativo ainda preconizam a redução do setor do ensino superior particular e cooperativo.



Num tempo caracterizado pela mutabilidade, pela complexidade e pela imprevisibilidade, e onde as instituições responsáveis pela produção e difusão do conhecimento têm um papel crucial no modelo de desenvolvimento económico e social, importa que o sector privado de ensino superior tenha consciência do papel que lhe cabe desempenhar, pela responsabilidade que lhe pertence e pelas causas e valores que transmite.

Aliás, o Ensino Superior português vai entrar num novo período em consequência das eleições legislativas que vão ocorrer no próximo dia 10 de março. Haverá uma nova equipa ministerial para o ensino superior e para a ciência, certamente com novas ideias e novas políticas. Também a Assembleia da República terá novos deputados, sendo diferentes aqueles que ficarão com as matérias da educação em cada um dos partidos com assento parlamentar.

Neste contexto, é fundamental que a APESP se apresente com uma orientação estratégica, não só no que respeita aos valores e princípios que defende, como, principalmente, denunciando problemas e situações que constroem a sustentabilidade do sector privado de ensino superior.

É com este espírito que damos a conhecer as principais preocupações e linhas de ação desta candidatura tendo em vista o próximo ato eleitoral para os órgãos sociais da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado.

Princípios e Linhas Gerais para uma APESP dinâmica, influente e interventiva

- a. Acentuar a notoriedade e o reconhecimento público da APESP e das suas Associadas através de uma política de comunicação que permita uma maior visibilidade do sector, nomeadamente através momentos de intervenção em que sejamos os protagonistas.
- b. Apesar de já terem sido dados alguns passos neste sentido, importa implementar a formalização do “Observatório do Ensino Superior Privado”, como entidade de recolha e análise de informação sobre o setor particular e cooperativo do ensino superior português, nas vertentes ensino, investigação científica e impacto social, tendo como principais objetivos um melhor conhecimento do sector e a obtenção de dados que sustentem o posicionamento estratégico da Associação na defesa do ensino superior privado. A informação sobre o setor é vital não só para a sua defesa, como para ajudar a orientar decisões, promover a eficiência, impulsionar a inovação, gerir riscos e promover a competitividade.



c. Dar maior visibilidade ao “Conselho Geral Consultivo” e procurar que acompanhe mais de perto os destinos da Associação, bem como procurar um maior envolvimento nas ações da APESP. Este órgão consultivo, criado no mandato anterior, é constituído por personalidades de reconhecido mérito académico, científico e profissional. Elaborou pareceres sobre matérias que importavam à APESP e participou em diversas sessões públicas, porém, é vontade desta candidatura, que se alargue a sua influência e que participe mais ativamente na elaboração de documentos estratégicos e pareceres, não só para apoio interno da APESP como, também, para serem difundidos junto dos principais órgãos de soberania do Estado português;

d. Consideramos de enorme relevância o papel que uma Agência de Avaliação e de Acreditação deve ter num sistema de ensino superior, contudo existem diversos problemas na arquitetura e funcionamento da portuguesa que carecem de alteração. Desde logo na metodologia de abordagem que deveria ser de cariz pedagógico em relação às instituições, promovendo a melhoria, incentivando a qualidade, identificando possíveis falhas e colaborando para corrigi-las. É fundamental que compreenda e respeite as diferenças entre os diversos projetos educativos e que conceda prazos adequados para que sejam alcançados resultados qualitativos.

Esperamos que ao longo deste mandato seja possível promover uma mudança positiva nesta abordagem, alterando a cultura instalada.

e. Criação de um regime de contratação e carreira do pessoal docente e de investigação que respeite a natureza específica do setor particular e cooperativo, assim como a sua autonomia e modelo de gestão.

f. Reforçar a internacionalização das instituições utilizando a APESP como veículo corporativo, dando continuidade ao bom trabalho que tem sido feito nesta área e alargá-lo, de forma particular, à comunidade de países de língua portuguesa. Tendo em conta a situação demográfica existente em Portugal, o acesso aos mercados internacionais surge como a melhor alternativa para se ultrapassar este constrangimento.

g. Promover o desenvolvimento de acordos com várias organizações nacionais e internacionais fornecedores de serviços e ferramentas (Bases de Dados, serviços de *cloud*, ensino a distância, ...) para se criar adesão de grupo diminuindo assim custos destes serviços nos seus associados.

h. Tornar a APESP um catalisador do Ensino à Distância, quer através de ações de melhoria do regime jurídico do ensino à distância e a sua implementação, designadamente no âmbito da acreditação de ciclos de estudos, no sentido de se criar um verdadeiro modelo alternativo de ensino para todos os graus e tipos de ciclos de estudos, permitindo o acesso ao ensino superior de mais pessoas e aumentando a



qualificação superior de ativos, quer no apoio ao seu desenvolvimento ao nível nacional para as Instituições de Ensino Superior Privado, quer ao nível internacional, criando e promovendo redes que beneficiem as suas associadas.

i. Acabar com a discriminação institucional entre público e privado, nomeadamente no que respeita ao reconhecimento de graus e diplomas estrangeiros.

j. Separar a “avaliação da qualidade dos centros de investigação” da “avaliação das candidaturas dos centros de investigação no âmbito dos programas plurianuais de financiamento da FCT”. O enviesamento introduzido pelo atual modelo, em que do resultado depende o financiamento, tem-se traduzido numa subavaliação nas classificações atribuídas pela FCT aos centros de investigação das instituições de ensino superior privadas. É inaceitável que a avaliação seja realizada no contexto de uma candidatura à obtenção de financiamento, em que se valoriza os resultados obtidos na sequência de financiamento anterior, isto é, quem já é financiado tem maior probabilidade de voltar a ser financiado.

Ainda neste âmbito, considera-se que o enorme intervalo de tempo que medeia entre os períodos de avaliação pela FCT é incompatível com a dinâmica das instituições, em particular, no que respeita à acreditação de novos ciclos de estudos de doutoramento, em que o resultado da avaliação da produção científica é determinante.

l. Por fim, considera-se de grande relevância para esta candidatura o papel que o Colégio Universitário e o Colégio Politécnico podem contribuir para o prestígio e reconhecimento do setor, não só ao nível interno, promovendo ações, debates e redes de âmbito científico, cultural e pedagógico como externamente, por intermédio de artigos de opinião, intervenções públicas, diálogo institucional em harmonia com a Direção.

Muitos outros assuntos, igualmente importantes, como o acesso ao ensino superior, a atribuição das vagas, poderiam ser abordados neste designado programa eleitoral.

No entanto, o documento não pretende ser mais do que um elenco de algumas das preocupações que serão alvo de reflexão e ação por parte da experiente equipa que constitui esta candidatura.



Lista A

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa – João José Pires Duarte Redondo
Fundação Minerva – Cultura, Ensino e Investigação Científica.

Vice-presidente – *Rui Oliveira*
ISPA, crl.

Secretário – Marta Quaresma
CÉNIL - Centro de Línguas, Lda.

DIRECÇÃO

Presidente – António Almeida-Dias
CESPU – Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, crl.

Vice-Presidente – Armando Jorge Mesquita Alves de Carvalho
Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Cooperativa de Ensino Superior, crl.

Vice-Presidente Tesoureiro – José João Baltazar Mendes
Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz, crl.

Vice-Presidente – Manuel José de Almeida Damásio
SESC - Sociedade de Estudos Superiores e Culturais, S.A.

Vice-Presidente – Rui Tomás
Instituto Piaget, Cooperativa para o Desenvolvimento Humano Integral e Ecológico, crl.

Presidente do Colégio Universitário – José Ferreira Gomes
Universidade da Maia

Vice-Presidente do Colégio Universitário – José Amado da Silva
Universidade Autónoma de Lisboa

Presidente do Colégio Politécnico – *José Manuel Silva*
Escola Superior de Saúde de Santa Maria.

Vice-Presidente do Colégio Politécnico – Cristina Ventura
Instituto Superior de Educação e Ciências

1º Suplente – Domingos dos Santos Martinho
ISLA - Santarém, Educação e Cultura, Lda.

2º Suplente – Natália Espírito Santo
E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração S.A.,

CONSELHO FISCAL

Presidente – Domingos Oliveira Silva
Maiêutica - Cooperativa do Ensino Superior, crl.

Vogal – Victor Manuel Domingos Tavares
ESE - Ensino Superior Empresarial, Lda.

Vogal – Fausto Amaro
SINTDEI – Sociedade Internacional de Desenvolvimento, Ensino e Investigação Lda.

Suplente – Enrique Vázquez-Justo
Instituto Europeu de Estudos Superiores-IEES, Lda